

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS CAMPUS OURO PRETO
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM CONSERVAÇÃO E RESTAURO

BÁRBARA LUÍZA CARNEIRO

A COMUNIDADE DO BOTAFOGO, OURO PRETO E, A CAPELA DE
SANTO AMARO:
RELAÇÕES SIMBÓLICAS E MEDIDAS DE PROTEÇÃO

OURO PRETO

2020

BÁRBARA LUÍZA CARNEIRO

**A COMUNIDADE DO BOTAFOGO, OURO PRETO E, A CAPELA DE
SANTO AMARO:
RELAÇÕES SIMBÓLICAS E MEDIDAS DE PROTEÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentando à Diretoria de Ensino de Pesquisa, Graduação e Pós-graduação do Instituto Federal de Minas Gerais - Campus Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Conservação e Restauração.
Orientadora: Profa. Maria Cristina Rocha Simão

OURO PRETO

2020

C289c

Carneiro, Bárbara Luíza

A comunidade do Botafogo, Ouro Preto e, a capela de Santo Amaro: relações simbólicas e medidas de proteção [manuscrito] / Bárbara Luíza Carneiro. – 2020.

61 f. : il.

Orientadora: Maria Cristina Rocha Simão

Coorientadora: Ana Paula de Moraes

Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Conservação e Restauro) – Instituto Federal de Minas Gerais, Campus Ouro Preto, 2020.

1. Capela de Santo Amaro. 2. Botafogo-Ouro Preto. 3. Patrimônio cultural. I. Título. II. Simão, Maria Cristina Rocha. III. Moraes, Ana Paula de. IV. Instituto Federal de Minas Gerais - Campus Ouro Preto.

CDU: 726.52(815.1)

BÁRBARA LUIZA CARNEIRO

**A COMUNIDADE DO BOTAFOGO, OURO PRETO E, A CAPELA DE
SANTO AMARO:
RELAÇÕES SIMBÓLICAS E MEDIDAS DE PROTEÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso submetido à banca examinadora designada pela Diretoria de Pesquisa, Graduação e Pós-graduação do Instituto Federal Minas Gerais – Campus Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Conservação e Restauro.

Aprovada em 22 de Janeiro de 2020 por:

Maria Cristina Rocha Simão

Profa. Dra. Maria Cristina Rocha Simão
IFMG – Campus Ouro Preto

Ana Paula de Moraes

Profa. Ana Paula de Moraes
IFMG – Campus Ouro Preto

Flora d'El Rei Lopes Passos

Arquiteta Flora d'El Rei Lopes Passos
Doutora em Arquitetura e Urbanismo

*À minha mãe
que me ensinou a ser determinada,
Ao Ronald pelo companheirismo e incentivo,
Aos professores que me ensinaram, motivaram e,
mostraram o mundo de outra perspectiva,
Aos amigos que me apoiaram e,
As amizades feitas ao longo do curso,
Sempre estarão em meu coração.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Deus que me deu oportunidade, força de vontade e coragem para superar meus desafios e medos.

À minha mãe que me ensinou a ser determinada. Quero agradecer também, pela constante batalha na minha criação e na criação das minhas irmãs.

Ao meu pai pelo carinho e aprendizados da vida.

Ao Ronald pelo apoio, ajuda e companheirismo. Sou grata à Deus por ter colocado você em minha vida, não existe amizade mais importante e sincera. Obrigada por ser um bom ouvinte, principalmente, nas horas difíceis.

À minha querida orientadora, Professora Maria Cristina Rocha Simão, que desempenhou seu papel ao longo do curso e deste trabalho com maestria. Não há melhor pessoa para admirar e se espelhar.

A todos os professores que tive ao longo da vida acadêmica, vocês desempenham um papel muito importante na sociedade. Em especial, quero agradecer, à Juliana, minha professora do ensino fundamental 1, você é lembrada com muito carinho. À professora Ana Paula pelas sábias palavras e incentivo e ao professor Ney Nolasco, por ser essa pessoa dedicada e carinhosa.

A todas as amizades feitas ao longo do curso, não poderia ter uma turma melhor. Ao grupo dos “Proletários do Restauo”. E, em especial, quero agradecer à Williane, Zuleika, Amanda, Bethânia e Fernanda, obrigada por fazerem parte da minha vida.

Por fim quero agradecer a toda comunidade do Botafogo, principalmente os(as) entrevistados(as), sem vocês este trabalho não seria possível. Em especial, quero agradecer à Nádia por abrir a porta para os(as) outros(as) entrevistados(as), ao Benito, que disponibilizou de seu tempo para me apresentar às pessoas que foram muito importantes para a realização deste trabalho e a Jaqueline que me forneceu imagens e dados importantes da capela.

“A identidade cultural é uma riqueza que dinamiza as possibilidades de realização da espécie humana ao mobilizar cada povo e cada grupo a nutrir-se de seu passado e a colher as contribuições externas compatíveis com a sua especificidade e continuar, assim, o processo de sua própria criação.”

Declaração do México, 1985

RESUMO

Esta monografia investiga as relações entre a comunidade do Botafogo e a Capela de Santo Amaro, os vínculos afetivos estabelecidos e as perspectivas em relação à conservação e proteção deste patrimônio cultural. Esta pesquisa teve como objetivo compreender a importância da Capela como patrimônio e a importância atribuída a ela pelos sujeitos que a utilizam. Para isso, o trabalho foi estruturado para que o leitor possa entender, em geral, o provável surgimento da localidade, a datação da capela, seu estilo e alterações. Foi realizado também, um referencial teórico relativo ao instrumento de tombamento, seu funcionamento e sobre alguns marcos na teoria da restauração, tendo como foco principal a teoria contemporânea da restauração de Salvador Muñoz Viñas, que tem como premissa os valores que os sujeitos atribuem ao objeto. Baseado nesses referenciais teóricos foi desenvolvido um roteiro semiestruturado, que subsidiou a realização de trabalho de campo, que é as entrevistas com a comunidade, o que possibilitou a coleta de dados relativos às opiniões dos moradores em relação aos valores atribuídos ao objeto, sua forma de conservação e proteção. A pesquisa de campo foi uma parte essencial deste trabalho, pois permitiu através das análises de dados, a compreensão desta relação.

Palavras-Chave: Capela de Santo Amaro, localidade de Botafogo, patrimônio cultural

ABSTRACT

This monograph investigates the relations between the Botafogo community and the Chapel of Santo Amaro, the established affective bonds and perspectives in relation to the conservation and protection of this cultural heritage. This research aimed to understand the importance of the Chapel as heritage and the importance attributed to it by the subjects who use it. For this, the work was structured so that the reader can understand, in general, the probable emergence of the locality, the dating of the chapel, its style and alterations. A theoretical framework was also carried out related to the tipping instrument, its functioning and on some milestones in the theory of restoration, focusing mainly of Salvador Muñoz Viñas on the contemporary theory of restoration, which has as its premise the values that the subjects attribute to the object. Based on these theoretical references, a semi-structured script was developed, which subsidized the performance of field work, which is the interviews with the community, which allowed the collection of data related to the opinions of residents in relation to the values attributed to the object, its form of conservation and protection. Field research was an essential part of this work, because it allowed through data analysis to understand this relationship.

Keywords: Santo Amaro Chapel, Botafogo locality, cultural heritage

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Foto aérea – Ouro Preto, Botafogo	12
Figura 2-	Foto aérea – Capela de Santo Amaro, Botafogo	12
Figura 3-	Capela de Santa Quitéria	16
Figura 4-	Capela de São Joao Batista, Ouro Preto	17
Figura 5-	Festa de Santo Amaro, Botafogo	19
Figura 6-	Festa de Santo Amaro, Botafogo – Procissão	20
Figura 7-	Festa de Santo Amaro, Botafogo – devoção ao santo	21
Figura 8-	Foto aérea – Capela de Santo Amaro, Botafogo	21
Figura 9-	Vista da Residência Particular do Sr. Walter José do Amaral	22
Figura 10-	Vista da Residência da Sra. Nedina Ferreira Flores	22
Figura 11-	Capela de Santo Amaro, Botafogo	23
Figura 12-	Lápides de 1901 e 1903, Botafogo	23
Figura 13-	Lápides de 1901 e 1903, Botafogo	23
Figura 14-	Anexos da Capela de Santo Amaro, Botafogo	24
Figura 15-	Vão presente na epístola	25
Figura 16-	Retábulo-mor	26
Figura 17-	Piso de ladrilho hidráulico	26
Figura 18-	Pia baptismal	27
Figura 19-	Púlpito	27
Figura 20-	Escada de acesso ao coro	28
Figura 21-	Planta da Capela de Santo Amaro	29
Figura 22-	Capela de Santo Amaro, Botafogo	30
Figura 23-	Retábulo-mor	31
Figura 24-	Nicho do retábulo-mor	31
Figura 25-	Camarim do retábulo-mor	32
Figura 26-	Sacrário e altar	33
Figura 27-	Forro do capela-mor	34
Figura 28-	Forro da nave	34
Figura 29-	Motivo – forro da nave	35
Figura 30-	Credência	35

Figura 31-	Púlpito	35
Figura 32-	Pia de água benta	35
Figura 33-	Pia baptismal	36
Figura 34-	Lavabo	36

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

SMOP - Secretaria Municipal de Patrimônio de Ouro Preto

CSN - Companhia Siderúrgica Nacional

CCP - Conselho Comunitário de Pastorais

FAOP - Fundação de arte de Ouro Preto

DL 25/37 - Decreto-lei nº 25 criado em 1937

CF - Constituição Federal de 1988

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	11
2.HISTÓRICO GERAL.....	14
2.1.Entre os caminhos ao Botafogo: da descoberta do “ouro preto” à formação da localidade.....	14
2.2.Aspectos socioculturais – A festa de Santo Amaro.....	18
2.3.Características da Capela de Santo Amaro.....	21
2.3.1. Análise estilística/iconográfica da Capela de Santo Amaro.....	28
3.REFERENCIAL TEÓRICO.....	37
3.1.A institucionalização do patrimônio brasileiro no século XX.....	37
3.2.Novas abordagens sobre a preservação do patrimônio cultural na atualidade.....	40
4.A COMUNIDADE E SUA RELAÇÃO COM A CAPELA DE SANTO AMARO – BOTAFOGO.....	46
4.1.Roteiro semiestruturado para a realização de entrevistas com a comunidade do Botafogo.....	46
4.2.Das escolhas dos (as) entrevistados (as).....	48
4.3.Análise das falas dos (as) entrevistados (as).....	49
4.4.Das interpretações das falas dos (as) entrevistados (as).....	55
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS.....	60

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos o conceito do que é patrimônio foi significativamente desenvolvido, a princípio seus valores se limitavam aos documentais, históricos e artísticos; felizmente essa concepção foi ampliada, e os valores ao patrimônio passaram a ser atribuídos também ao afetivos, simbólicos, religiosos, turísticos, de uso, entre outros.

Um dos teóricos que divulgou este conceito, já em voga desde o final do século XX, foi Salvador Munoz Viñas com sua teoria contemporânea da restauração. Em sua obra analisa que os valores não são inerentes à existência do objeto e sim atribuído a ele pelos sujeitos que mantêm essas relações, portanto, são eles (os sujeitos) que conferem valor aos objetos, dando-os significados e, por essa razão, deveriam tomar as decisões de como conservar determinado bem cultural.

Em conformidade à teoria de Viñas foi possível interpretar que são as pessoas que enxergam significado e dão caráter simbólico ao bem cultural, por isso é essencial a valorização das relações afetivas.

Através desta perspectiva, das experiências e aprendizados ao longo da formação acadêmica, o interesse de investigar as relações afetivas e de memória que determinado grupo goza a respeito de um bem possuidor de referências culturais e as intenções relativas à sua conservação e proteção, foram substancialmente ampliados.

Para tanto, foi escolhido como estudo de caso, a Capela de Santo Amaro, localizada no Botafogo, a cerca de 10km do distrito sede de Ouro Preto, às margens da BR 356 (Rodovia dos Inconfidentes) (FIG. 1 e 2).



FIGURA 1: Foto aérea – Ouro Preto, Botafogo.
Fonte: GOOGLE EARTH, 2020.

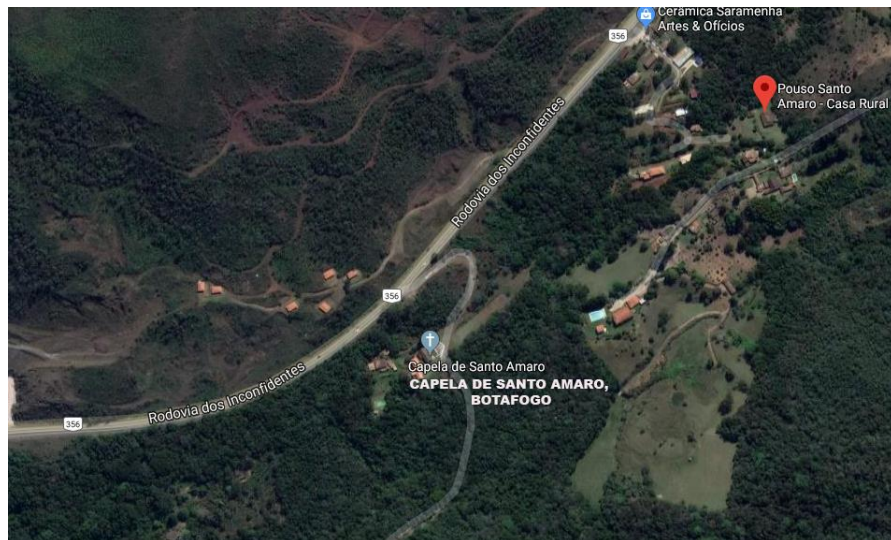


FIGURA 2: Foto aérea – Capela de Santo Amaro, Botafogo.
Fonte: GOOGLE EARTH, 2019.

Por ser moradora da localidade do Botafogo e ter feito um breve estudo sobre a Capela de Santo Amaro, por meio da disciplina optativa, Estética VII, obtive informações de que este é um dos povoados mais antigos do município, com formação no final do século XVII, e que a Capela data da mesma época. Outra informação obtida, é que este acervo não é tombado e que a própria comunidade da região cuida e mantém esse bem cultural. Essa relação de zelo, de querer cuidar, foi um dos motivos para a escolha desse objeto de estudo, é perceptível que toda a manutenção feita, é com cautela, já que o bem encontra-se em ótimo estado de conservação.

Para o alcance deste propósito foi necessário traçar a metodologia deste trabalho para alcançar os seguintes objetivos específicos, que são: estudar de modo geral o provável surgimento da localidade, a datação da capela, seu estilo e alterações; apresentar um referencial

teórico relativo ao instrumento de tombamento, seu funcionamento e expor alguns marcos na teoria da restauração, tendo como foco principal a teoria contemporânea da restauração de Salvador Munoz Viñas; elaborar um roteiro semiestruturado, para subsidiar o trabalho de campo, que consiste nas entrevistas com a comunidade do Botafogo e; analisar as questões, através dos dados levantados, afim de compreender essa relação afetiva dos(as) entrevistados(as) e a relação de cuidado e proteção que a comunidade possui com a capela.

2. HISTÓRICO GERAL

2.1. Entre os caminhos ao Botafogo: da descoberta do “ouro preto” à formação da localidade

Foi através do processo de colonização, que os bandeirantes em busca de riquezas minerais descobriram o “ouro preto”, notícia que logo se espalhou, trazendo inúmeros habitantes, dentre eles, imigrantes e pessoas de todas as colônias. As técnicas e os locais de exploração de minérios variavam muito e a quantidade de ouro produzida era colossal, vindo a calhar a corte portuguesa, já que esse era um período de crise financeira e, conseqüentemente, crise do império (BOHRER, 2011).

Com a exploração do ouro e o gradativo crescimento populacional foi criada, em 1709, a capitania chamada Minas Gerais do Ouro Preto. Em 1711, o Governador de Albuquerque Coelho de Carvalho erigiu as primeiras vilas, no dia 8 de julho, foi criada a Vila Rica, atual Ouro Preto e, nessa mesma data, foi construída a primeira câmara municipal (BOHRER, 2011).

Naquele momento os ânimos ainda estavam turbulentos. A corrida aurífera causava exaltações em várias partes e sediciosos não faltavam. O clima de motins dominava os ares. Foi especialmente por essa razão que o próprio Antônio de Albuquerque instalou sua capital na vizinha Vila Ribeirão do Carmo (hoje cidade de Mariana). Posteriormente, com o abrandamento da situação, Vila Rica passou a ser a capital oficial da Capitania da Minas, desmembrada oficialmente da de São Paulo em 1720 (BOHRER, 2011, p. 22).

A princípio, a ocupação de Vila Rica pelos exploradores se deu nas margens dos ribeiros, onde havia mais ouro, e nos morros que circundavam a cidade, onde se encontrava muitas minas e sarilhos. Os primeiros arraiais ocupavam as íngremes encostas, onde haviam capelas e extensas áreas mineradoras. De acordo com Bohrer (2011), provavelmente, o primeiro núcleo de ocupação mais antigo, foi desenvolvido ao redor da Capela de São João, que se originou por volta de 1698. Depois, outros dois arraiais nasceram nas margens dos ribeiros, nos fundos do vale, o Arraial de Nossa Senhora do Pilar e o Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias (BOHRER, 2011).

Com a extração de minério foram necessárias outras atividades econômicas nos povoados (hoje, distritos) de Vila Rica. “De acordo com vários pesquisadores da nossa história, foi notória uma fome que assolou as Minas nos anos de 1700 e 1701: preocupados com a bateia,

muitos se descuidaram do arado e alguns, literalmente, morreram de fome” (BOHRER, 2011, p. 23).

O distrito de Rodrigo Silva, juntamente com outros povoados, que hoje compõem o município de Ouro Preto, se dedicaram especialmente à agricultura e ao comércio de produtos agrícolas ou de utensílios auxiliares e, também facilitaram através de suas vias, a entrega de mercadorias para a antiga capital. Além disso o distrito servia de ponto estratégico, por causa de sua localização privilegiada, servia de paragem para os forasteiros que se direcionavam aos vales do Rio Doce, do Rio das Velhas e o Vale do Rio Paraopeba (SOARES, 2015).

Devida a importância dessa localização, a região tinha vastas propriedades rurais que constituíam o povoamento do lugar, fazendas como a do Capão do Lana, a do Fundão, a de Manuel Francisco, a dos Crioulos e a do Caixeta, marcaram a história do local. Outra fazenda que marcou o local também, foi a de José Correia, que correspondia ao primeiro nome da região (SOARES, 2015).

De acordo com a história tradicional, José Correia foi um dos primeiros moradores da região da Boa Vista. Fazendeiro e detentor de léguas e léguas de terras, viveu entre as montanhas com criações, plantações e com a lucrativa extração dos minerais que eram (e ainda são) fartamente encontrados. (SOARES, 2015, p. 17).

De acordo com Soares (2015), e contradizendo a história tradicional, a descoberta dessas terras foram antes da chegada de José Correia, pois já se tem registro da passagem do bandeirante Fernão Dias (1608-1681) na região, ainda no século XVII. Outra informação que comprova a antiguidade da região é a Capela de Santa Quitéria FIG. 3, localizada no Alto da Boa Vista, esta estrutura foi uma das únicas que sobrou na região, comprovando que houve povoamento por ali. Ela é considerada uma das capelas mais antigas de Minas Gerais, de acordo com

Cônego José Feliciano da Costa Simões ou, como é mais conhecido, Padre Simões, e o historiador Alex Fernandes Bohrer acreditam ser a capela de Santa Quitéria do alto da Boa Vista a mais antiga de toda região do Ouro. Fontes orais datam sua edificação do ano de 1683 (DIAS, 2018, p. 157).



FIGURA 3: Capela de Santa Quitéria.
Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018.

Outro exemplar das primitivas capelas, é a estudada nesta monografia, a Capela de Santo Amaro, situada no Botafogo, localidade que, hoje, pertence ao distrito de Rodrigo Silva.

A data da formação da localidade do Botafogo, conforme registros documentais e bibliográficos¹, se deu no final do século XVII, sendo configurado como um dos mais antigos povoados do município de Ouro Preto, ainda, de acordo com esses registros, através deste lugarejo ligava-se a antiga Vila Rica até Cachoeira do Campo (AMARO; REDINI, 2015).

Além dessa documentação, a Capela foi edificada próximo ao período da constituição do povoado e possui suas características tipológicas semelhantes a Capela de São João Batista de Ouro Preto FIG. 4, que foi construída em meados de 1698, e a Capela de Santa Quitéria, que, como já foi mencionado neste texto, é a comprovação da existência de um antigo povoado no distrito (AMARO; REDINI, 2015).

¹ LIMA, A. Pequena História da Inconfidência de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1968 apud. AMARO, Marina Araújo Poloni de. e REDINI, Luana Lara Safar. A Capela de Santo Amaro de Botafogo: Reminiscência de um povoado. Belo Horizonte, 2015.



FIGURA 4: Capela de São João Batista, Ouro Preto.
Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018.

Com uma análise mais profunda pode-se verificar também, que o santo padroeiro do lugarejo, Santo Amaro, é uma divindade beneditina, algo incomum em Minas Gerais e, principalmente, em Vila Rica, onde predominavam-se as ordens religiosas Franciscanas e Carmelitas. A devoção deste santo é mais uma confirmação que a capela tenha sido supostamente erguida no final do século XVII, pois nesse período haviam apenas associações leigas em Minas Gerais, ocasionando assim, a adoração de santos pertencentes a outras ordens religiosas, de acordo com Cunha (2007):

(...), por ordem de Sua Majestade D. João V, determinou-se que não existiriam ordens religiosas, tanto masculinas quanto femininas. Um de seus intuitos era de que as moças “casáveis”, de boa família, não fossem enviadas a conventos por seus pais. A proibição tinha intenção de evitar os excessos que ocorriam, principalmente o concubinato, prática recorrente na região mineradora, uma vez que estava se tornando comum, devido à falta de mulheres brancas, a relação entre mulheres negras, pardas e mulatas com homens brancos, casados ou solteiros (CUNHA, 2007, p. 65).

Ainda de acordo com os moradores do Botafogo, a possível origem do nome da localidade se deu pela abundante presença da pedra de Canga na região, que era popularmente conhecida como pedra Botafogo, devido ao fato de produzir faíscas no momento de fricção.

Assim como nos outros arraiais do entorno de Vila Rica, as primeiras atividades da localidade do Botafogo estavam relacionadas a agricultura e a pecuária, voltadas para a sua subsistência e para o comércio com, principalmente, a sede do município. Também haviam atividades minerárias no povoado, já que ali existia um córrego aurífero (INVENTÁRIO, SMPOP, 2010).

As atividades mineradoras se mantiveram no lugarejo durante os séculos XVIII, XIX e boa parte do século XX.

Neste último século, ocorre a formação de uma vila de operários que labutavam na exploração mineral e que aumentou o número de habitantes locais, fato que repercutiu algumas modificações no contexto social, econômico, geográfico e cultural da região (AMARO; REDINI, 2015).

Com a extração de minério, o terreno que compunha o patrimônio da capela foi arrendado por empresas interessadas na exploração, por volta de 1950-1960, a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) se instalou na localidade. Uma vila de operários foi construída, ocasionando transformações sociais e modificando as tradicionais redes de sociabilidade local e até mesmo as comemorações de Santo Amaro² (AMARO; REDINI, 2015).

Nas décadas de 1970-1980, houve a desativação da exploração de minério, provocando grande êxodo dos moradores. Atualmente, Botafogo possui poucos habitantes, sendo que esses moram em sítios e chácaras da região. A atividade turística é bem baixa, tendo mais movimentos nos finais de semana, quando os proprietários de sítios e fazendas vão em busca de descanso e lazer. Outro movimento turístico é no mês de agosto, quando ocorre a tradicional comemoração em honra a Santo Amaro, recebendo cerca de mil pessoas por ano (AMARO; REDINI, 2015).

2.2.Aspectos socioculturais – A festa de Santo Amaro

O evento decorrente na localidade do Botafogo é a tradicional festa em homenagem a Santo Amaro, sua origem data, de acordo com o inventário disponibilizado pela Secretaria Municipal de Patrimônio de Ouro Preto (SMOP), do século XVIII e conta com as figuras dos festeiros, dos procuradores e dos mordomos.

Inicialmente, a estrutura da celebração era bastante local e restrita, mas com as mudanças e desenvolvimento do povoado, decorridas da instalação da mineradora CSN, a comemoração passou a contar com um maior número de participantes, além de maiores recursos financeiros fornecidos pela Paróquia do Pilar (INVENTÁRIO, SMPOP, 2010).

² Essa comemoração será discutida no item (2.2): Aspectos socioculturais – A festa de Santo Amaro.

A organização da festa religiosa é atribuída a ordenação diocesana da presença do Conselho Comunitário de Pastorais (CCP), a escolha dos festeiros recai sobre os antigos moradores e a decisão fica a cargo da Mesa Administrativa da Irmandade de Santo Amaro de Botafogo, (...)

(...) instituição que hoje em dia tem participação bastante reduzida na festa em comparação àquela que tinha no decorrer dos séculos XVIII e XIX. Há que se lembrar que boa parte dos festeiros das últimas edições da festa de Santo Amaro pertence à irmandade, mas essa não é uma condição indispensável para se tornar festeiro ou mordomo (INVENTÁRIO, SMPOP, 2010, p. 62).

Outro ponto a se destacar é que, originalmente, a festa de Santo Amaro ocorria no mês de janeiro, no dia 15, data oficial dedicado ao padroeiro, porém, devido às fortes chuvas que caem nesse período, a comemoração foi transferida para o primeiro fim de semana do mês de agosto.

Atualmente, a comemoração tem caráter muito simples, suas atividades iniciam-se numa quinta-feira, com o tríduo rezado na capela e conta com um número reduzido de pessoas. As orações ocorrem na quinta-feira, na sexta-feira e termina no sábado, dia que são anunciados os mordomos, procuradores e festeiros para o próximo ano (FIG. 5) (INVENTÁRIO, SMPOP, 2010).



FIGURA 5: Festa de Santo Amaro, Botafogo.
Fonte: ACERVO PESSOAL, 2019.

A bandeira de Santo Amaro é abençoada dentro da capela e carregada até o adro, onde é levantada no mastro. Em seguida, é realizada uma apresentação musical acompanhada de

coral, seu repertório conta com canções religiosas, ritmos gospel e africanos (INVENTÁRIO, SMPOP, 2010).

No último dia, domingo, a localidade recebe um maior número de pessoas, carros são estacionados na região, inclusive no campo de futebol, e são montadas barraquinhas de doces e comidas. No início da tarde é realizado no adro da ermida, a missa campal, que é seguida por uma banda de música que entoia o Hino Nacional. Após a celebração, é feita a procissão acompanhada pela banda de música que circunda o campo de futebol lateral à capela e retorna ao adro, esse cortejo é feito com as imagens dos santos homenageados e o Padroeiro Santo Amaro. Ao retornar ao adro da capela, os participantes recebem as amêndoas de Santo Amaro, antiga tradição da festa (FIG. 6) (INVENTÁRIO, SMPOP, 2010).



FIGURA 6: Festa de Santo Amaro, Botafogo – Procissão.
Fonte: ACERVO PESSOAL, 2019.

Com o fim da procissão, a escultura de Santo Amaro é posta em frente a capela para que os fiéis e devotos a toquem e façam suas orações. Durante as atividades festivas ocorre também o leilão de prendas arrecadadas durante o processo de preparação da comemoração (FIG. 7) (INVENTÁRIO, SMPOP, 2010).



FIGURA 7: Festa de Santo Amaro, Botafogo – devoção ao santo.
Fonte: ACERVO PESSOAL, 2019.

2.3.Características da Capela de Santo Amaro

Situada à cerca de 10km do distrito sede de Ouro Preto, às margens da BR 356 (Rodovia dos Inconfidentes), inserida em um vale profundo, com entorno pouco adensado, a Capela de Santo Amaro tem sua formação no final do século XVII (FIG. 8). Está subordinada à Paróquia do Pilar do município, não tem tombamento e possui um inventário realizado pela Secretaria Municipal de Patrimônio (AMARO; REDINI, 2015).



FIGURA 8: Foto aérea – Capela de Santo Amaro, Botafogo.
Fonte: GOOGLE EARTH, 2019.

Em seu entorno predomina vasta vegetação natural pertencente à Mata Atlântica, com a presença de árvores de grande porte e vegetação rasteira. Além da presença de algumas ruínas e edificações de relevância histórica e cultural (FIG. 9 e 10).



FIGURA 9: Vista da Residência Particular do Sr. Walter Jose do Amaral³.
Fonte: ATAÍDE, ÉLEN, 2009 apud. AMARO; RADINI, 2015.



FIGURA 10: Vista da Residência da Sra. Nedina Ferreira Flores⁴.
Fonte: ATAÍDE, ÉLEN, 2009 apud. AMARO; RADINI, 2015.

Como foi mencionado no item 2.1, o templo apresenta partido característico das primeiras capelas de Ouro Preto: modelo simplificado, com frontispício de formato triangular. A capela é subdividida em quatro ambientes distintos, sendo eles: nave, capela-mor, coro

³ De acordo com o dono Walter de Amaral, a casa foi construída em cima de uma ruína de pedra, que pertenceu ao Barão de Botafogo.

⁴ De acordo com a moradora Jaqueline Campos, essa é uma das primeiras casas da localidade do Botafogo, construída em pau-a-pique, ainda mantém as suas tipologias.

acessível por uma escada helicoidal e um anexo do seu lado direito, destinado a sacristia (FIG. 11) (AMARO; REDINI, 2015).



FIGURA 11: Capela de Santo Amaro, Botafogo.
Fonte: ACERVO PESSOAL, 2019.

No seu lado externo, há um antigo cemitério que ainda contém duas lápides preservadas no local de origem, com datas de óbito de 1901 e 1903 (FIG. 12 e 13). As outras lápides foram transferidas para uma área maior, no entanto continua próximo à capela (AMARO; REDINI, 2015).



FIGURAS 12 e 13: Lápides de 1901 e 1903, Botafogo.
Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018.

Outras áreas edificadas em seu entorno imediato são a escola de ensino e a casa paroquial⁵ FIG. 14, provavelmente, ambas foram construídas bem depois do templo (AMARO; REDINI, 2015).



FIGURA 14: Anexos da Capela de Santo Amaro, Botafogo.
Fonte: ACERVO PESSOAL, 2019.

A Capela de Santo Amaro já passou por diversas intervenções que não foram documentadas, uma das que mais se destaca é a que foi realizada no vão localizado na epístola, parede lateral direita, não se sabe ao certo para que função foi feito o vão, mas provavelmente foi construído para receber um altar lateral e atualmente não possui nenhum uso (FIG. 15) (AMARO; REDINI, 2015).

⁵ Tanto a escola de ensino como a casa paroquial sofreram intervenções ao longo dos anos, essas reformas foram feitas pela própria comunidade. Atualmente a estrutura dos telhados é de ferro e o piso é cerâmico.



FIGURA 15: Vão presente na epístola.
Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018.

Outra possível intervenção é na sacristia, “ao longo do século XIX, especialmente as capelas de planta simples foram adaptadas por novas disposições em planta, a exemplo da construção de anexos como a sacristia e, em alguns casos, da Capela do Santíssimo” (AMARO; REDINI, 2015, p. 3).

O retábulo-mor FIG. 16 que possui características do estilo Nacional Português⁶, possivelmente, também sofreu intervenções, visto que possui elementos tipológicos de outros períodos, como: os nichos laterais, típicos do período joanino (coroamento do nicho terminado em cortinas ou franjas), e o uso de pigmentações mais claras (AMARO; REDINI, 2015).

⁶ Esta tipologia de retábulo é considerada a primeira manifestação inteiramente barroca da arte portuguesa. As características essenciais do novo estilo nacional se concentram na adoção de dois elementos: 1- a coluna de fuste em espiral denominada coluna salomônica, com terço inferior estriado. As colunas de fuste aspiralado também podem ser chamadas de torsas ou pseudo-salomônicas; 2 - o coroamento em arcos concêntricos, que conferem ao retábulo uma composição mais escultural e menos arquitetônica. Estes elementos combinados tornam a estrutura do retábulo mais unitária e dinâmica, enfatizando o movimento e a continuidade dos elementos (FABRINO, 2012, p. 17).

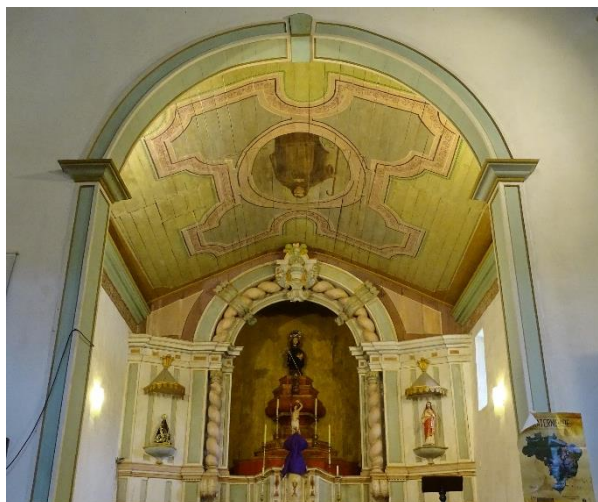


FIGURA 16: Retábulo-mor.
Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018.

O ladrilho hidráulico FIG. 17 presente na edificação é decorrente também, de uma intervenção, já que esses foram criados a partir do século XIX, ele deve ser substituído de um piso de pedra primitivo (AMARO; REDINI, 2015).

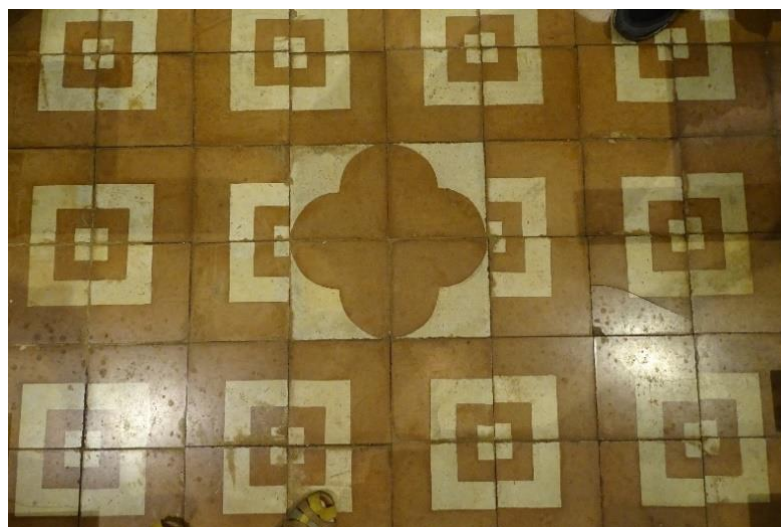


FIGURA 17: Piso de ladrilho hidráulico.
Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018.

Ainda, “foram retiradas duas colunetas de sustentação do coro para ampliar o espaço da nave e foi adicionada uma estrutura horizontal de ferro para exercer tal função” (AMARO; REDINI, 2015, p. 4). A pia baptismal⁷ FIG. 18 foi realocada para um canto da nave próximo

⁷ A pia baptismal foi talhada provavelmente no século XVIII, perdeu sua base de pedra e atualmente está sobreposta em uma peça de madeira (AMARO; REDINI, 2015).

ao arco do cruzeiro, por ter perdido sua funcionalidade no século XX, originalmente, ela ficava no nártex, do lado esquerdo da porta de entrada.



FIGURA 18: Pia baptismal.
Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018.

A escada de acesso ao púlpito FIG. 19 foi retirada, por não mais cumprir sua função. Já a escada que dá acesso ao coro FIG. 20 foi substituída por uma feita de ferro (à anterior era de madeira) (AMARO; REDINI, 2015).



FIGURA 19: Púlpito.
Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018.



FIGURA 20: Escada de acesso ao coro.
Fonte: Jaqueline Campos, 2015.

Além disso, a última intervenção datada da capela foi a de 2002, no qual o forro⁸ foi restaurado pela FAOP (Fundação de arte de Ouro Preto) e o altar pela Paróquia do Pilar. Foram feitas também, renovações nas instalações hidráulicas e elétricas.

2.3.1. Análise estilística/iconográfica da Capela de Santo Amaro⁹

A Capela de Santo Amaro está inserida em um terreno plano com área aberta e gramada, onde está posta a cruz de martírio. Como foi mencionado anteriormente, sua planta possui modelo simplificado, com formato retangular, característico da arquitetura jesuítica, onde predominava-se o partido único com paredes alinhadas, planta retangular, fachada alta e sólida, terminada em frontão triangular, vazada por uma única porta, duas janelas e um óculo.

Verifica-se que a edificação é dividida em: nave, capela-mor, coro acessível por uma escada helicoidal e a sacristia (FIG. 21). Suas paredes são todas feitas em alvenaria de pedra e caiadas¹⁰, a estrutura da cobertura é de madeira e possui duas águas com telhas cerâmicas no estilo capa-canal, beirais e cimalhas reduzidas. As quatro fachadas têm seu primeiro terço

⁸ As pinturas dos forros foram restauradas, parte do madeiramento substituído e os telhados reformados (FAOP apud. AMARO; REDINI, 2015).

⁹ O item 2.3.1 foi baseado no artigo de Amaro; Redini (2015), devido escassez de fontes bibliográficas.

¹⁰ As primeiras igrejas erguidas em Minas Gerais, geralmente eram construídas em madeiras, taipa de pilão ou com os materiais disponíveis na região, este é o caso da Capela de Santo Amaro, onde foi utilizada a técnica de alvenaria, devido a abundância de pedra de canga no local.

pintado com tinta acrílica cinza e a parede lateral direita da capela-mor e a esquerda da sacristia possui uma seteira fechada por esquadrias de madeira e placas de vidro (AMARO; REDINI, 2015).

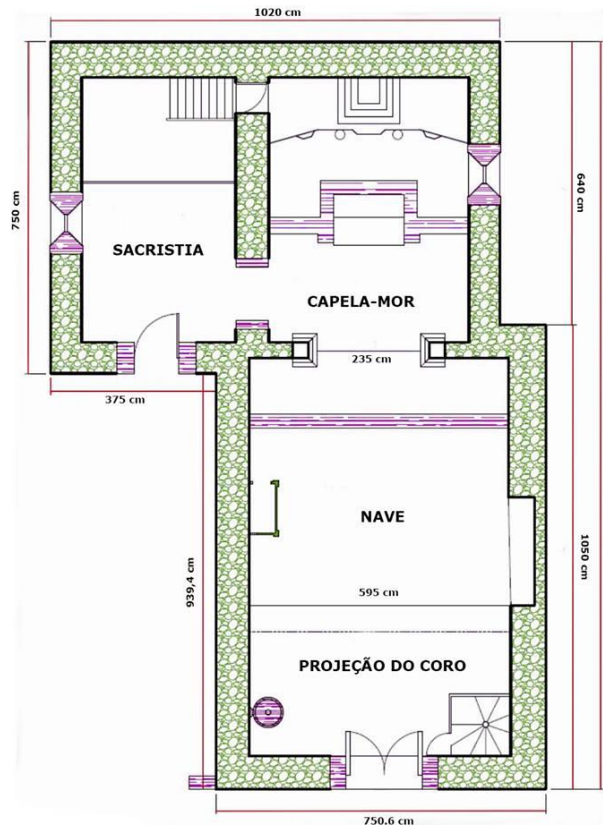


FIGURA 21: Planta da Capela de Santo Amaro.
Fonte: ATAÍDE, ÉLEN, 2009 apud. AMARO; RADINI, 2015.

A fachada frontal FIG. 22 é plana com frontão triangular e apresenta uma porta de entrada, feita em cantaria e com formato arqueado no arremate, duas janelas retas, pintadas de verde e folhas do tipo de abrir; possui também um óculo circular vedado por uma placa de vidro translúcido. Nas laterais do telhado da fachada frontal há também dois pináculos e, no centro, uma cruz latina. Na parede lateral direita há um campanário engastado em balanço, este é feito com a técnica de ensilharia, sendo esculpido por seis peças, que se encaixam umas nas outras, formando assim, uma configuração de portal de arco pleno. Já o sino é apoiado por um suporte de madeira pintado de verde e sua bacia é lisa, feita de bronze.



FIGURA 22: Capela de Santo Amaro, Botafogo.
Fonte: ACERVO PESSOAL, 2019.

Possuindo poucos ornamentos e sem altares laterais, o interior da capela tem retábulo de talha simples, no estilo Nacional Português. “Nele estão presentes duas colunas torsas apoiadas em mísulas com arremate em capitéis compósitos e arquivoltas concêntricas, cada uma delas intercaladas por pilastras” (AMARO; REDINI, 2015, p. 6). Tendo cores como azul, branco, verde, ocre e tons claros de rosa, esse conjunto de tonalidades remete à alterações ocorridas no século XIX, contrapondo-se ao estilo da talha desse período, que têm adornos carregados por elementos fitomórficos, douramento e camada pictórica de pigmentos escuros¹¹, o que possivelmente seria a cor original deste retábulo (FIG. 23).

¹¹ Segundo o historiador Alex Bohrer é comum cores escuras como tons de vermelho no barroco do final do século XVII em Minas Gerais.



FIGURA 23: Retábulo-mor.
Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018.

Os painéis laterais do retábulo sustentam os nichos que possivelmente tem composição posterior, uma vez que seu coroamento é terminado em cortina ou franjas, característico ao estilo joanino, conhecido também com Dom João V (FIG. 24).



FIGURA 24: Nicho do retábulo-mor.
Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018.

Seu camarim possui pouca profundidade e tem o trono escalonado em formato de ânfora na cor vermelha, (característico da primeira fase do barroco), antes da última intervenção, apresentava o fundo nas cores azul e branco (FIG. 25).



FIGURA 25: Camarim do retábulo-mor.
Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018.

O seu sacrário é simples, há simbolizado em sua porta uma pintura representando as letras JHS, o cálice e a hóstia consagrada. No altar está representado um cordeiro deitado sobre uma cruz e o livro dos Sete Selos¹², essa pintura, provavelmente, também foi feita posteriormente (FIG. 26).

¹² No centro do altar está pintada a fé cristã e o Mistério Pascal de Cristo, onde se vê a representação do cordeiro de Deus “que vem tirar os pecados do mundo” (AMARO; REDINI, 2015).



FIGURA 26: Sacrário e altar.
Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018.

As ornamentações da Capela de Santo Amaro são as pinturas nos forros da capela-mor e da nave FIG. 27, esses forros são feitos com tábuas de aproximadamente 35cm de espessura.

A pintura da capela-mor foi feita sobre um forro de duas faces que se encontram formando um leve arqueamento. Esta recebe a representação pictórica da figura de Santo Amaro ao centro, tendo em sua mão esquerda o livro que simboliza as regras de sua ordem religiosa e na mão direita o báculo de abade. A representação deste santo é emoldurada por fingimento de relevo em perspectiva. Esta pintura possui cores claras como a rosa, o verde e o azul, com exceção do marrom que compõe o hábito do monge beneditino (AMARO; REDINI, 2015, p. 6).

A ornamentação do forro da nave possui as mesmas cores que a do altar-mor, de ambas não há referência sobre quem possa ser o artista e nem as datas das representações, contudo o conjunto remete ao século XIX. Na nave FIG. 28, o forro possui três faces com ângulos definidos e nele é retratado “a imagem de uma mulher sobre o planeta terra e uma serpente que morde uma maçã, símbolos do pecado original” (AMARO; REDINI, 2015, p. 7). Em volta da imagem há vários querubins e na parte inferior da pintura há uma faixa que está sendo segurada por dois anjos, nela está escrita: “Tota pucha es, Maria, et macula originales non est in te”.



FIGURA 27: Forro do capela-mor.
Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018.



FIGURA 28: Forro da nave.
Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018.

A comunidade local acredita que essa representação seja de Nossa Senhora das Graças, o que dá mais credibilidade à possibilidade do forro ser do século XIX, uma vez que a adoração dessa santa remota a esse mesmo período. Outra informação que também é uma comprobatória de sua datação é por ter motivo de mesmo plano iconográfico FIG. 29, que o da credencia¹³, porém com cores diferenciadas (FIG. 30).

¹³Pequena mesa situada no presbitério, serve para apoiar objetos litúrgicos usados nas cerimônias religiosas.



FIGURA 29: Motivo – forro da nave.
Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018.



FIGURA 30: Credência.
Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018.

Além disso, a capela apresenta, do lado do evangelho, um púlpito de madeira FIG. 31, em formato de paralelepípedo, sem policromia e com arremate almofadado; uma pia de água benta FIG. 32, que encontra-se no nártex, que possui formato semiesférico, superfície lisa e borda saliente; uma pia batismal FIG. 33, que também apresenta formato semiesférico, com gomos salientes e extremidade superior marcada por friso de cordão.



FIGURA 31: Púlpito.
Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018.



FIGURA 32: Pia de água benta.
Fonte: ACERVO PESSOAL., 2018



FIGURA 33: Pia baptismal.
Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018.

Já na sacristia, há um lavabo FIG. 34 embutido na parede, que possui face frontal retangular, com friso losângico arrematada em semicírculo e cruz latina, tendo em seu espelho uma torneira que foi colocada posteriormente (AMARO; REDINI, 2015).



FIGURA 34: Lavabo.
Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1.A institucionalização do patrimônio brasileiro no século XX

Durante o século XX, por iniciativa dos intelectuais modernistas, desenvolveu-se a política de proteção do patrimônio cultural brasileiro. Segundo Simão (2016, p. 54),

(...) o patrimônio histórico e artístico, representado pelas cidades e monumentos erigidos à época da colonização portuguesa, foi eleito como a representação da identidade nacional, tão buscada naquele momento definidor da vida nacional, nestes primeiros anos da República.

Entre os principais modernistas que ajudaram na definição e operacionalização da política cultural no Brasil estavam Mário de Andrade e Lúcio Costa, os quais exerceram papel determinante na criação e funcionamento da agência nacional de proteção. Em 1936, a pedido de Gustavo Capanema, Ministro da Educação, Mário de Andrade elaborou um anteprojeto para a criação do instituto preservacionista e as diretrizes para a proteção do patrimônio artístico nacional. Em suas diretrizes definia como patrimônio “todas as obras de arte pura e de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira (...)” (MEC/SPHAN/FNPM, 1980: 90 apud. SIMÃO, 2000, p. 17).

Baseado no estudo de Mário de Andrade, porém com alterações conceituais, o Decreto-lei nº 25 (DL 25/37), promulgado pelo Estado Novo em 1937, definiu em seu Art. 1º, como patrimônio histórico e artístico nacional, “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

Referindo-se à uma época em que a arquitetura colonial teve mais exaltação, sendo a representação da identidade nacional,

(...) os critérios que embasaram a seleção dos “bens móveis e imóveis” que comporiam o patrimônio histórico e artístico nacional. A caracterização modernista de obra de arte, análoga à arquitetura e urbanismo, baseou-se na universalidade e na racionalidade. Espelhar-se no passado significava buscar raízes e olhar para o futuro e não simplesmente copiá-lo ou reproduzi-lo (SIMÃO, 2000, p. 19).

Para Mário de Andrade, a poesia moderna se caracterizava pela pureza, despojamento, atualidade e economia dos meios utilizados (SIMÃO, 2000). Já para Lucio Costa, a arquitetura

colonial se assemelhava à moderna, uma vez que ambos estilos eram por si só verdadeiros; os meios de realização e os materiais utilizados eram disponíveis de seu tempo e a fisionomia arquitetônica refletia a construção (SANT'ANNA, 1977 apud. SIMÃO, 2000.).

Através do DL 25/37 e dos critérios mencionados, a legislação nacional definiu o tombamento como principal meio de proteção do patrimônio e, para a efetivação dessa proteção se estabeleceu a necessidade da inscrição nos Livros do Tombo, que se dividiram nas seguintes categorias: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; Belas-Artes e das Artes Aplicadas.

O tombamento é um instrumento jurídico que pode ser aplicado pelos três entes federativos: união, estado e município¹⁴. Seu objetivo é a proteção do patrimônio cultural brasileiro, conceito que foi significativamente ampliado pela Constituição Federal de 1988, na qual o interesse público da preservação de bens culturais por meio do tombamento está inserido na seção denominada *Da Cultura* e está fundamentado nos artigos 215 e 216. Essa seção estabelece as bases dos direitos culturais como um direito coletivo difuso de preservação e fruição do patrimônio cultural brasileiro (RABELLO, 2015).

A CF amplia o conceito de bem cultural brasileiro estendendo o entendimento de valor cultural para todas as referências simbólicas e afetivas das comunidades nas quais os bens culturais estão inseridos - assim como na Declaração do México¹⁵ (1985), que engloba outros aspectos da cultura, como: os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as crenças e tradições.

Tendo em vista a proteção do bem cultural, o principal efeito da imposição do instrumento é a conservação dos bens materiais reconhecidos como portadoras de valores culturais, sejam estes móveis ou imóveis. São estabelecidas, então, a partir dessa imposição,

¹⁴ Na esfera estadual ou municipal é necessário apenas dotar a sua administração de órgão competente, regulando apenas o procedimento administrativo respectivo, com a observância das normas nacional e/ou estadual sobre o assunto (RABELLO, 2015).

¹⁵ As cartas patrimoniais são fruto da discussão de um determinado momento. Antes de tudo, não têm a pretensão de ser um sistema teórico desenvolvido de maneira extensa e com absoluto rigor, nem de expor toda a fundamentação teórica do período. As cartas são documentos concisos e sintetizam os pontos a respeito dos quais foi possível obter consenso, oferecendo indicações de caráter geral. Seu caráter, portanto, é indicativo ou, no máximo, prescritivo. Obviamente, as cartas internacionais, (...), não podem ter caráter normativo, pois suas indicações devem ser reinterpretadas e aprofundadas para as diversas realidades culturais de cada país, e ser, ou não, absorvidas em suas propostas legislativas. As cartas internacionais, se devidamente reinterpretadas para as realidades locais, podem resultar em cartas nacionais, ou articularem-se a elas; podem, assim, ter papel importantíssimo na construção normativa relacionada à preservação dos bens culturais dos vários países (KÜHL, 2010, p. 289).

algumas obrigações, tanto para os proprietários dos bens em questão quanto para o poder público e a sociedade em geral, no sentido da conservação e manutenção dos bens culturais (RABELLO, 2015).

De acordo com Rabello (2015), para a efetivação do tombamento

haverá a determinação do bem ao qual se atribui valor cultural, bem como se justificará o motivo dessa atribuição, dizendo das características que justificam essa escolha em função dos parâmetros simbólicos estabelecidos na lei e do interesse público na sua preservação (RABELLO, 2015, p. 8).

No âmbito da coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado, o tombamento se fará voluntário (sempre que o proprietário pedir) ou compulsoriamente (quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição da coisa). No segundo caso (compulsório), o proprietário é notificado sobre o processo de tombamento; mas, caso não seja anuído, ele terá o prazo assinalado por lei para apresentar sua impugnação. Dessa forma, o poder público pode ou não acolher a impugnação do interessado, analisando os fatos e as razões legais apresentadas, sempre à vista do interesse público da preservação (RABELLO 2015).

Cabe ainda mencionar que, como processo administrativo público, o processo de tombamento pode receber e considerar, se for o caso, manifestações de terceiros sobre o assunto, especialmente se elas forem oriundas das comunidades nas quais se insere o bem objeto da futura preservação (RABELLO, 2015, p. 11).

Na própria CF, no Art. 5º, XXXIV, é consagrado o princípio de participação popular e o direito de petição de qualquer cidadão em processos de administração pública, uma vez que seja comprovado um legítimo interesse para tanto. Lembrando que, no que se refere aos bens culturais de natureza privada, ainda que o bem tombado passe a fazer parte do patrimônio cultural, tal fato não motiva a perda da propriedade, ou seja, “(...) o instituto do tombamento transforma o bem tombado em patrimônio cultural sem promover sua estatização (...)” (FERNANDES, 2010, p. 29).

O tombamento implica em uma série de obrigações, das quais o proprietário particular não pode se obstar. Essa proteção jurídica ao bem tombado pode se estender à vizinhança ou ao entorno da coisa declarada tombada, uma vez que é necessário, além da conservação do bem, a preservação da visibilidade e da ambiência (FERNANDES, 2010).

Segundo Fernandes (2010), alguns dos principais efeitos jurídicos do tombamento são:

- Limitação à alienação de bens públicos e restrições à alienação de bens privados (com direito de preferência para a União, Estados e Municípios);

- Obrigação de publicidade do ato e de averbação do tombamento para reforçar a proteção;
- Imodificabilidade da coisa tombada (que não pode ser demolida, destruída ou mutilada) dentro das especificações do ato;
- Sujeição do bem à vigilância permanente do órgão público responsável;
- Imposição de limitações de uso e gozo às coisas vizinhas independentemente de notificação/averbação;
- Proibição de construção que impeça ou reduza a visibilidade; e
- Proibição de anúncios e cartazes sob pena de destruição e multa (FERNANDES, 2010, p. 29).

Tais efeitos jurídicos se fazem necessários pois são a forma que o poder público encontra para proteger os bens materiais, que em virtude dos seus valores culturais devem ser preservados contra mutilações e destruições. Como mencionado no Manifesto de Amsterdã (1975), o patrimônio,

É uma parte essencial da memória dos homens de hoje em dia e se não for possível transmiti-la às gerações futuras na sua riqueza autêntica e em sua diversidade, a humanidade seria amputada de uma parte da consciência de sua própria continuidade.

O patrimônio cultural só existe devido às memórias e aos laços afetivos dos sujeitos que atuam no cotidiano dos espaços onde moram; são essas pessoas que dão significados a esses lugares, e é justamente através dos valores contidos no bem cultural que as pessoas se expressam. Trata-se de um direito público coletivo, e é por isso que eles devem ser conservados, para que sejam passíveis de fruição pela própria população; são elas quem têm o direito e o dever de defender e preservar o patrimônio cultural (SIMÃO, 2016).

A identidade cultural de um povo se renova e enriquece em contato com as tradições e valores dos demais. A cultura é um diálogo, intercâmbio de ideias e experiências, apreciação de outros valores e tradições (DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1985).

3.2. Novas abordagens sobre a preservação do patrimônio cultural na atualidade

O restauro como disciplina têm origem nos séculos XVIII e XIX. Ao longo desse percurso, houve novas correntes artísticas e arquitetônicas; evoluções e alterações com introdução de novas disciplinas e aplicação de novas técnicas construtivas, assim como acontece com os monumentos, os quais, ao longo do tempo, sofrem as consequências das condições ambientais e dos diferentes usos (sociais) que as gerações lhe atribuem. Nesse contexto, era natural que essas modificações acontecessem também no âmbito do restauro, tanto na teoria quanto na prática.

A noção de patrimônio se modificou muito nesse percurso, e os grandes teóricos da história do restauro têm grande importância. Faz-se necessário, portanto, uma interpretação cuidadosa de suas teorias, tendo em consideração o tempo de sua elaboração.

Inicialmente, há o discurso de Viollet-Le-Duc (1814-1879). Sua obra passa no contexto francês da primeira metade do século XIX. O arquiteto procurou elaborar uma nova arquitetura baseada em um estilo que leva em conta a funcionalidade e o racionalismo - sua linha era intervencionista. Ele procurava uma nova linguagem, em consonância com seu próprio tempo. Para Le-Duc, um edifício precisava pertencer aos dois mundos, passado e presente. Em sua essência, defendia que restaurar edifícios antigos não implicava em restitui-lo ao seu estado original, mas sim conceber a obra em um modelo completo, relativo ao período que foi construída: “restaurar um edifício é restitui-lo a um estado completo que pode nunca ter existido num momento dado” (VIOLLET-LE-DUC).

John Ruskin (1819-1900), ao contrário de Viollet-Le-Duc, apresentava uma vertente antiintervencionista. Ambos vivenciaram o mesmo contexto, da Revolução Industrial, porém, Ruskin o testemunhava com os olhos do romantismo inglês, ou seja, para ele “a arquitetura é um acidente na paisagem e o edifício é testemunho da passagem do tempo” (ALOISE, 2015). O inglês defendia que a única ação a ser feita em edificações históricas era a conservação, e que qualquer intervenção feita nas mesmas é um sacrilégio, entendendo, deste jeito, que o destino de todo monumento é a ruína.

Em contraponto a teorias tão distantes e opostas advém Camillo Boito (1836-1914), responsável por conciliar ambas as teorias. Buscou, entre as doutrinas antagônicas, o valor de autenticidade (Ruskin), a prioridade do presente e a legitimidade da restauração (Viollet-Le-Duc). Boito não formou uma teoria propriamente dita, mas elaborou uma série de critérios para a intervenção em monumentos históricos, tendo sido a sua principal ênfase no valor documental (ALOISE, 2015).

Rompendo totalmente as teorias baseadas em historiografia e estilos, soma-se o teórico Alois Riegl (1858-1905). Segundo os seus valores, a

(...) definição de monumento passa pela percepção do mesmo a partir de seu fruidor e do contexto que o frui – portanto, a definição é mais pelo significado do monumento – seu valor – que pelo monumento em si; passa portanto pela afetividade, pela noção de memória coletiva, e não engloba portanto necessariamente somente aqueles monumento que chama intencionais (ALOISE, 2015, p. 8).

A abordagem de Riegl teve grande importância por fundar uma nova prática para as escolhas de preservação e restauro: acrescenta às instâncias histórica e artística, as formas de recepção, percepção e fruição dos monumentos, para que não caiba ao restaurador hierarquizar ou separar os valores atribuídos ao monumento, por se condicionarem mutuamente (ALOISE, 2015).

Gustavo Giovannoni (1873-1947), já na primeira metade do século XX, marca o restauro com sua teoria do Restauro Científico. Baseado nos postulados de Camillo Boito, ele imprime uma importância ao urbanismo, considerando a cidade histórica como um monumento e tecido vivo. Sua doutrina, além de sanar problemas estéticos, solucionava questões mais complexas, tornando-se necessário um estudo documental e arquivístico que possibilitassem um equilíbrio entre a verdade histórica e os problemas de natureza estética.

Entretanto, com a maciça destruição das cidades europeias durante a Segunda Guerra e diante da necessidade de reconstrução em larga escala, as teorias do restauro científico defendida por Giovannoni foram postas em xeque (CUNHA, 2004).

Não se podia pensar nos monumentos destruídos apenas como documentos, ignorando sua existência como obra figurativa com significação social e simbólica. Em razão da grande escala das intervenções não se podia cogitar o tratamento de lacunas como “neutros”. Assim, esses questionamentos suscitaram o pensamento de que o restauro era, para além de um ato científico de filólogo, também um ato crítico (CUNHA, 2004).

Nesse contexto, Cesari Brandi (1906-1988) foi uma figura de grande importância, já que, através de seu trabalho no Instituto Central de Restauração de Roma, coordenara a restauração de inúmeras obras de arte destruídas nos bombardeios. Em 1963, foi publicado o seu livro “Teoria da Restauração”, onde conceitua o restauro como um ato crítico-cultural do presente, “o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro” (BRANDI, 1963, p. 30 apud. CUNHA, 2004,).

Na atenção ao juízo de valor, entre as instâncias estética e histórica, resulta a prevalência do estético sobre o histórico, diferentemente das teorias anteriores, que preconizavam os monumentos como documentos históricos. Em seus dogmas, principiava dois conceitos: “restaura-se somente a matéria da obra de arte” e “a restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico

e um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo” (BRANDI, 1963, p. 31 - 33 apud. CUNHA, 2004,).

Sendo assim, para Brandi, o restauro deveria visar a intervenção sobre a matéria paralelamente à salvaguarda contra as condições ambientais, a fim de que houvesse a fruição do objeto.

Contrapondo algumas questões da teoria de Cesari Brandi, surge Salvador Muñoz Viñas, com o intuito de analisar e criticar as teorias da restauração denominadas por ele como “clássicas”, e suprir as limitações que nelas existiam através de sua Teoria Contemporânea da Restauração (2004). Em sua publicação, o autor começa identificando os fundamentos da restauração, conceituando-as e contextualizando-as no ponto de vista cultural, analisando as teorias a fim de entender para que e para quem se preserva, já que as teorias clássicas eram, para ele, inconsistentes, com limites mal definidos e práticas conflituosas (CALDAS, 2013).

Uma de suas críticas está diretamente ligada ao teórico Brandi - Viñas identifica, em sua análise, que as grandes intervenções aos bens culturais, feitas nos últimos cem anos, estão inclinadas aos valores estéticos e aos preceitos científicos. E afirma ainda que as teorias clássicas estavam limitadas para as culturas contemporâneas: além dos valores de obra de arte ou histórico, os objetos poderiam se caracterizar por outros valores, como simbólicos, afetivos, religiosos, turísticos, de uso, estando todos, portanto, sujeitos à restauração (CALDAS, 2013).

O posicionamento de Viñas era subjetivista: os valores não seriam inerentes à existência do objeto, mas sim atribuídos a ele pelos sujeitos que mantém essas relações, ou seja, para ele são as pessoas que conferem valor aos objetos, que interpretam as substâncias simbólicas e que deveriam tomar as decisões de como conservar determinado bem cultural. De acordo com o autor, o patrimônio cultural possui significados diferentes, sendo interpretado de pessoa para pessoa, em classes e níveis culturais diversos.

Para aqueles que desconhecem os códigos e as circunstâncias de outras comunidades ou pessoas, estes *valores* não existem ou são considerados incompreensíveis ou ridículos. Mas os indivíduos afetados, os que possuem as chaves e códigos para a interpretação, esses sim, sabem com clareza quais são os objetos que têm maior poder simbólico (VINÁS, 2004, p. 49).

Viñas (2004) admite que a restauração não interessa somente aos *experts*, mas sim a todos, à sociedade em geral, logo, a teoria contemporânea da restauração visa satisfazer um maior número de sensibilidades. As suas críticas referem-se aos princípios da autenticidade,

objetividade, reversibilidade e à ciência aplicada. No que diz respeito à autenticidade, afirma que não existe um estado verdadeiro do objeto, sendo que o único conceito que se pode dizer real é o estado atual. Nesse sentido, não existindo um estado autêntico, ele contrapõe que não há como ter um caráter objetivo na restauração e sim, um subjetivo, já que o que caracteriza a restauração são as intenções com que se fazem as ações, ou seja, a restauração é feita para os usuários dos objetos, para os sujeitos que enxergam significado, um caráter simbólico. Para Viñas, a ciência a serviço da restauração não justifica as decisões tomadas na seleção de um determinado estado dos bens patrimoniais, pois ela é insuficiente - já que essas decisões são culturais.

A reversibilidade, tratada como utopia, é substituída por “retratibilidade”, já que não há como adicionar um material ao objeto e removê-lo totalmente; e mesmo que fosse possível, o tempo em que houve a adição estaria sempre marcado na história do objeto (VIÑAS, 2004).

Definido o que deve ser restaurado, Viñas afirma que esses objetos devem passar por processos de intervenção apenas se estiverem em risco ou se apresentarem sinais de deterioração. A partir disso define três fases para a salvaguarda dos objetos: a preservação, a conservação e a restauração. A preservação seria realizada no meio, ou seja, uma intervenção indireta; a conservação seria a intervenção direta por meio de processos técnicos pautados na prevenção; e a restauração seria a intervenção direta por meio de processos técnicos pautados na melhoria e eficácias simbólica e historiográfica do objeto. Com esse pensamento Viñas traça algumas posturas para uma ética funcional, sincrética, sustentável e circunstancial para a restauração.

Ao analisar o comportamento da sociedade aos estudos da Filosofia, o teórico reconhece as diversas mudanças sociais e culturais em relação ao entendimento e à aceitação da diversidade cultural que abrange cada população, e de que forma a sociedade passa a se comportar à medida que reconhece sua diversidade. Na visão do autor, a identificação dessas diferentes culturas é o motor da restauração, já que esse é o meio para prolongação dos objetos que estão carregados de simbolismo atribuídos pelos próprios sujeitos.

Ao analisar a ética da restauração, vê-se a necessidade da adoção de uma ética mais democrática, a fim de que a restauração atenda a mais sensibilidades e contemple um maior número possível de formas para entender o objeto e atender ponderadamente a todas as funções e usuários (VIÑAS, 2004).

Além disso, Viñas carrega também para o restauro o conceito de “sustentabilidade”, onde além da necessidade econômica, para garantir os procedimentos conservativos, também se preocupa com a capacidade do objeto de seguir satisfazendo os gostos e necessidades intangíveis dos futuros usuários, não deixando de visar, obviamente, a possibilidade de adaptação dos objetos a novos gostos e necessidades. Para Viñas (2004), não há uma boa restauração, e sim uma boa restauração de um objeto em uma determinada circunstância.

Tendo como base esses conceitos brevemente explanados, será analisada a relação da população com o local de estudo dessa monografia. Nesse sentido, a teoria contemporânea da restauração é de suma importância, pois será a base para essa pesquisa, uma vez que a linha de abordagem para análise das entrevistas tem o foco de entender os valores que os sujeitos atribuem a determinados bens e a intenção com que eles conservam e mantêm o lugar.

4. A COMUNIDADE E SUA RELAÇÃO COM A CAPELA DE SANTO AMARO – BOTAFOGO

4.1. Roteiro semiestruturado para a realização de entrevistas com a comunidade do Botafogo

O objetivo dessa monografia é averiguar a relação afetiva, a vivência e a forma de apropriação que a comunidade possui com a Capela de Santo Amaro, Botafogo, Ouro Preto (MG), se essas pessoas reconhecem esse acervo como patrimônio, investigar qual o melhor método de proteção desse bem cultural, tendo como princípio as opiniões e experiências das pessoas que vivenciam e usufruem o lugar, uma vez que são elas que valorizam esse espaço, dando-o, dessa forma, um caráter simbólico.

Para isso foi elaborado um roteiro semiestruturado, baseado na tese de Simão (2016) que visa investigar as relações estabelecidas entre os moradores de cidades patrimonializadas e o patrimônio urbano protegido, as formas de apropriação e como os diferentes usuários vivenciam esse lugar. Para isso, foi elaborada uma matriz analítica para a pesquisa com os seguintes valores: afetivos, documentais, de uso e éticos e, se obteve dados de forma qualitativa. Outra fonte escolhida foi o projeto de pesquisa “Populações vulneráveis e patrimônio cultural urbano: investigação sobre o processo de vivência e apropriação em Ouro Preto” do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Ouro Preto (2018), no qual, se propõe a investigar qual a relação estabelecida entre os moradores das regiões periféricas das cidades patrimônio e esses sítios patrimonializados, se estabelecem vínculos de afeto e apropriação, se utilizam esses espaços no seu dia-a-dia e se consideram essas parcelas urbanas como parte integrante do cotidiano.

A escolha da utilização dessas fontes bibliográficas foi necessária por disporem de abordagens relativas ao patrimônio no que concerne a relação que os sujeitos tem frente ao patrimônio institucionalizado e o vínculo diante desses acervos, forma de apropriação e vivência. Assim como o intuito desta monografia, que visa investigar essa relação com a Capela de Santo Amaro, averiguar se os(as) entrevistados(as) tem conhecimento sobre as regras relativas ao patrimônio, ao instrumento de tombamento, como funciona, para que mediante a

esses dados seja possível determinar qual a melhor forma de conservação e proteção deste bem cultural para a comunidade e para as gerações futuras.

Qual seu nome, idade e profissão? (Identificar e traçar um perfil do entrevistado).

- I. Você mora ou já morou na localidade, a quanto tempo? Já morou ou mora em outro lugar, onde? Você gosta (ou gostou) de morar na localidade? Quais os motivos?

Objetivo: Verificar o tempo de proximidade (relação) com a localidade. Comparar a relação com outros locais. Buscar a existência de vínculos afetivos com a localidade do Botafogo. Explorar as referências de memória, buscando, por meio de imagens comparativas com outros lugares, que os(as) entrevistados(as) se vejam frente à cidade e consigam identificar os laços existentes.

- II. Na localidade do Botafogo, quais são lugares utilizados por todo o coletivo de moradores que você considera como uma referência cultural local? Qual espaço está atrelado à memória do lugar? Qual é a relação que você possui com a Capela de Santo Amaro? Como a enxerga?

Objetivo: Averiguar, através dos laços afetivos atribuídos à localidade pelos(as) entrevistados(as), quais são os espaços de referência cultural local. Verificar os laços afetivos atribuídos à capela pelos(as) entrevistados(as) e que tipo de relação é essa.

- III. Você considera a Capela de Santo Amaro um patrimônio cultural?

Objetivo: Averiguar se os valores atribuídos à capela pelos(as) entrevistados(as) remetem a valor patrimonial.

- IV. O que acha das regras existentes relativas ao patrimônio? Conhece o instrumento do tombamento? Considera que essas regras facilitadoras e funcionais? Ou dificultam a resolução de alguns problemas? Considera o tombamento um bom meio de proteção do patrimônio?

Objetivo: Averiguar se os(as) entrevistados(as) conhecem as regras relativas ao patrimônio, se sabem a função do tombamento. Se acham essas regras facilitadoras e se o instrumento tombamento é um bom meio para a proteção da Capela de Santo Amaro.

- V. Para você, qual é o melhor modo de proteger a Capela? Você considera o tombamento um meio benéfico? Por que?

Objetivo: Averiguar qual a melhor forma de proteção da Capela de Santo Amaro para os(as) entrevistados(as), tendo em vista a opinião coletiva. Se o tombamento da mesma é um meio benéfico para a comunidade participante.

- VI. Você acha que o Estado (governo) ajuda na manutenção da Capela? Essa ajuda é suficiente?

Objetivo: Averiguar qual ajuda os(as) entrevistados(as) recebem para a manutenção da Capela, se eles à mantêm sozinhos, ou se os recursos fornecidos são suficientes.

- VII. Sobre a possibilidade de a mineração voltar atuar na localidade o que você pensa sobre esse assunto?

Objetivo: Averiguar se os(as) entrevistados(as) acham positivo ou negativo a atuação da mineração e, se essa possibilidade influencia no meio de proteção da Capela.

4.2. Das escolhas dos(as) entrevistados(as)

Esta etapa da monografia foi dedicada a sistematização e análise das entrevistas realizadas em campo, objetivando interpretar seu conteúdo, por meio da pesquisa qualitativa, tratada por Trivinos (1987) como: uma metodologia de análise de pensamento crítico, onde se usa como bases as teorias que qualifiquem os elementos para a interpretação das opiniões dos sujeitos entrevistados.

A escolha das pessoas a serem entrevistadas baseou-se primeiramente na comunidade que tem relação afetiva e vivência com a Capela de Santo Amaro. Para a seleção dos participantes foi feita uma classificação onde foram considerados: a faixa etária e gênero. Todavia, ao longo do percurso, por se tratar de uma área rural, a comunicação com as pessoas foi difícil.

A primeira pessoa entrevistada foi contatada através das redes sociais, onde havia uma página referente aos devotos de Santo Amaro do Botafogo. A partir da realização dessa entrevista foi possível entrar em contato com outras pessoas, conseqüentemente a seleção

dos(as) entrevistados(as) foi a partir de recomendações; a cada entrevista realizada havia novas sugestões de pessoas. Este não foi o método propriamente definido, porém, foi a melhor forma de articular, já que os sujeitos que utilizam e dão significado a capela, sabem melhor como é o cotidiano do lugar e quais as pessoas que apresentam maior vínculo afetivo e disposição para a realização da entrevista.

Todas as entrevistas foram feitas pessoal e diretamente, e registradas em gravações de áudios, depois transcritas. De acordo com Trivinos (1987), “Se a entrevista tiver sido gravada, deve ser imediatamente transcrita e analisada detidamente pelo pesquisador ou equipe de investigadores, antes de realizar outra entrevista com o mesmo sujeito ou outras pessoas”. (TRIVINOS, 1987, p. 147).

Por mais que as gravações de áudios possam ser desconfortáveis, todos os depoimentos transcorreram de forma espontânea, pois as pessoas estavam cientes que não seriam identificadas ao longo do trabalho.

Ao todo foram nove entrevistados(as) e, para melhor leitura e análise das entrevistas, foi feita, no final, uma planilha Excel, onde foi possível fazer a síntese de cada entrevista e analisar cada pergunta do roteiro semiestruturado de forma qualitativa.

4.3. Análise das falas dos(as) entrevistados(as)

As investigações feitas referentes as relações afetivas direcionaram à percepção que a comunidade tem sobre a Capela de Santo Amaro, percepções essas que estão atreladas à memória de cada pessoa, à memória do lugar e às ligações culturais e sociais.

A relação da comunidade com a capela mostrou-se de afeto e espiritualidade. De todos os(as) entrevistados(as), ao perguntar os motivos de gostar da localidade, as respostas basearam-se nas ligações familiares, tanto dos moradores, como dos frequentadores, pois esses tiveram parentes que nasceram e viveram no local. O apreço pela tranquilidade, por considerar o local como um segundo lar é imenso. A fé dos devotos ao Santo Amaro, vai além da própria divindade, como diz o entrevistado BSG (2019), “engraçado que parece que tem relação com o passado, entendeu, assim, vidas passadas”.

Considerar a Capela de Santo Amaro como ponto de referência cultural foi quase unânime, para a maioria dos(as) entrevistado(as), este é o ponto, o centro da localidade do Botafogo. O templo está atrelado à memória das pessoas, no presente, no passado e nos antepassados. É na igreja e no cemitério ao lado, que foi comemorada a vida (batizado) e lamentada a morte das famílias e amigos.

Isto posto, as memórias contadas pelos antepassados ditam a história do local, de acordo com PIF (2019) a capela é antiga, “é de quando tinha a fazenda da Caeira”, os próprios anexos ao lado da capela remetem lembranças: “no tempo do meu pai, era escola” (SSS, 2019) e, ainda, “tem o salão onde eu estudava, minha mãe era cozinheira lá, eu gosto muito da capela” (NFF, 2019). Alguns moradores contam também que o templo foi edificado pelo Barão de Botafogo, muitas hipóteses são pautadas em relação ao surgimento da localidade, para alguns aquela terra pertenceu a uma única pessoa. Outra curiosidade é a escolha de um santo beneditino (Santo Amaro), no povoado, já que esta ordem religiosa e essa devoção não é comum no Brasil.

Histórias mais recentes, das pessoas mais jovens, já fazem parte da narrativa local, das memórias e dos sentimentos,

“minhas referências de memória são praticamente com a capela, eu costumo dizer que eu conheci o fundo do altar azul, porque ele era azul” (NSS, 2019) e, ainda; “meu sentimento é de nostalgia também, quando minha mãe conta as histórias, quando as Margaridas me contavam as histórias, as memórias que eu tenho de ver elas com tanto empenho, limpando lá, cuidando daquilo de uma maneira tão simples, tão singular” (JAC, 2019).

Outro momento que a capela proporciona é a educação religiosa (catequese, crisma) e já é um costume da comunidade ir às missas de domingo. A própria comemoração, feita em agosto, conhecida como “Festa de Santo Amaro”, está atrelada às lembranças do local: “então aquela festa ali é uma viagem no tempo, porque o que acontece, você chega na festa, aí tem leilão, hoje não existe mais isso” (BSG, 2019).

Outro ponto atrelado à memória local são as ruínas que tem na região: “todas as ruínas que tem por aqui, que já passou por aqui, assim, é, para mim, quando penso, é lá em cima, nas ruínas, que são muito bonitas, tem uma energia diferente, uma coisa interessante, que restou em pé” (JAC, 2019).

Perguntado como os(as) entrevistados(as) enxergam a capela, a maioria a contempla como um local de religiosidade, segundo EMS (2019), “é um ambiente de reflexão, um momento de a gente estar com Deus”, a devoção ao Santo Amaro, também é muito forte. Além

disso, há um grande apego sentimental pelos entes familiares que estão enterrados no cemitério ao lado: “a minha esposa era de lá, e aí, assim, quando ela faleceu, foi sepultada lá na Capela, então assim, pra mim, a Capela não é só a Capela, hoje é mais ainda” (BSG, 2019). A ligação com o cemitério da capela é de uma segunda morada,

“é como minha futura morada, minha família inteira está enterrada lá, mas eu tenho uma ligação de respeito profundo, não dá para fugir muito disso, devido a ser um templo sagrado, a relação de zelo, de querer cuidar, de permanecer da forma que é, tentando livrar dos intempéries, preservar a tradição de simplicidade” (JAC, 2019).

Sobre se consideram a capela patrimônio cultural, todas as repostas foram positivas, os(as) entrevistados(as) reconhecem o valor de antiguidade, a importância histórica que a capela goza, esse é mais um dos significados atribuídos pelos os sujeitos que a valorizam. Felizmente, todas as pessoas entrevistadas reconhecem também, que esse patrimônio pertence a eles, segundo NFF (2019) “é um patrimônio da gente”.

Atribuídos a todas essas misturas de sentimentos e reconhecimento, a comunidade mantém, cuida e zela o local, de acordo com JAC (2019) “é raro você ver uma capela grande em um lugar tão pequenininho, com tão poucas casas, é um patrimônio que tem que conservar sim, tem que levantar bandeira para que permaneça daquele jeito”. É de interesse de toda a comunidade manter esse bem para as próximas gerações, as pessoas não sentem medo de “pegar no pesado” e de fazer o que for necessário para a salvaguarda da capela, portanto, nota-se o reconhecimento e o orgulho de todos perante as melhorias ocorridas no lugar e o ótimo estado de conservação que está o bem, ainda que diante da opinião de alguns(mas) entrevistados(as) há muito para ser melhorado e discutido.

“Ah, assim ela estava muito desleixada, agora, assim com a ajuda do povo, tem a festa, tem leilão, e ai ajuda reformar a igreja, e onde eles falam que é a casa de padre, a casa estava toda caída, ai o pessoal uniu, todo mundo ajudou, cada um de um lado, e conservou, está conservando lá” (NFF, 2019) e, ainda;
 “então se a Capela está do jeito que tá ali, é a comunidade que ajuda zelar, a pintar, reformar e, faz isso aqui, trocou o telhado do anexo ali onde era uma escola, assim, e ela tá muito bem conservada entendeu, então, a Igreja Católica, ela não tá nem ai não, é a comunidade que mantém ela do jeito que tá ali” (BSG, 2019).

Por mais que alguns dos(as) entrevistados(as) não tenham conhecimento relativos as regras existentes sobre o patrimônio ou o que é o instrumento de tombamento, todos, como já referido acima, sabem a importância e a necessidade de proteger a capela, “não estou muito por dentro, mas a gente sabe que tem que proteger” (MRF, 2019); os que conhecem ou pouco conhecem as determinadas regras, acreditam que há necessidade de existir uma lei que a proteja, entretanto, tendo em vista as respostas de algumas pessoas, é visível que falta uma comunicação

mais clara e menos “obrigatória” dos órgãos patrimoniais referente ao instrumento de tombamento, já que alguns dos(as) entrevistados(as) entendem o termo no que concerne à o que “não se pode fazer” (proibições), acerca das regras existentes.

“Ai, já tem tantos anos (risos), para fazer uma pintura, tem que pedir licença, pai trabalha em umas casas lá em Ouro Preto, que toda vez que for fazer alguma coisa, igual da última vez, que teve que mexer no telhado, teve que ir na Prefeitura pedir licença para poder está mexendo no telhado” (SEM, 2019) e, ainda;
 “é por causa que é um patrimônio que não pode mexer, por isso, que o pessoal fala que quando está indo à Ouro Preto, está voltando a história, porque é muito antigo” (SSS, 2019).

Perguntado se essas regras facilitam ou atrapalham, algumas pessoas acreditam que atrapalham: “é mais um empecilho, muita coisa não faz muito sentido, na verdade eu acho que o Patrimônio não ajuda a fazer as coisas e quer ter uma cobrança em cima disso” (NSS, 2019). Outras acreditam que as regras facilitam, ajudam: “vou te falar, assim, meu sentimento, se não fosse o Patrimônio, Ouro Preto estava acabada. E tem que ter, porque é uma memória nacional, nem memória nacional, memória mundial” (BSG, 2019). Mesmo tendo opiniões positivas e negativas referente ao instrumento de tombamento, todas as pessoas reconheceram que se faz necessária a aplicabilidade dessa lei, de acordo com AS (2019), “elas dificultam, mas tem que existir para que ninguém chegue aqui e cisma de pintar, ah quero pintar aquele portão da cor que ele deseja”.

Em vista dessas diferentes opiniões acerca das regras existentes para o patrimônio, percebe-se, de modo geral, que para os(as) entrevistados(as), as regras possuem um lado positivo e outro negativo: “o patrimônio tem dois pesos, tem o positivo e o negativo, tem o positivo que eles tem poder para não deixar” (NSS, 2019) e, ainda “só que não tem jeito, todo lugar é assim, dois pesos e duas medidas” (BSG, 2019). Fato é, diante das opiniões dos(as) entrevistados(as), fica visível que falta, diante dos órgãos patrimoniais, a competência e a percepção de como atender as pessoas que moram em lugares possuidores de referências culturais.

Em vista de qual é a melhor forma de proteger a Capela de Santo Amaro, muitos gostam da forma que ela está sendo cuidada, porém há uma carência de recursos. Segundo NFF (2019) “ainda precisa de mais alguma coisa, mas em vista do que estava, já melhorou muito. Está bom, mas se puder melhorar alguma coisa”. Referente à possibilidade de a capela ser tombada alguns interpretaram como algo negativo:

“teria que ter uma forma de arrecadar fundos financeiros mesmo pra que pudesse aprimorar mais o imóvel lá, para o ambiente melhorar, mas eu não acho que o patrimônio vai fazer esse papel, vão colocar regras e vão começar a fazer imposições, o tombamento só veria de forma negativa, eu pelo menos vejo deste jeito. Acho que tinha que ter uma ajuda sim, mas não em forma de tombamento” (NSS, 2019).

De todo modo, em relação ao tombamento ser algo positivo ou negativo, a maioria das opiniões foram positivas, no entanto, as dúvidas foram se na atual conjuntura o tombamento se faz necessário.

“Enquanto as pessoas estiverem ali, que ajudam a zelar, ai assim a gente tem que preocupar com as gerações futuras, (...), a partir do momento que você criar um vínculo ali, as pessoas ajudam a preservar aquilo, (...), existe um negócio que chama caridade, fraternidade, o que é, é você doar um pouco de si, (...), então assim, as pessoas que estão ali hoje, estão envolvidas com isso, tá no âmago delas, é manter aquilo, (...), e no futuro, qual será o futuro, depois das duas gerações, será que a próxima geração, (...), daqui a 50 anos, 70 anos, e daqui há 100 anos, se tiver pessoas com vontade de cuidar daquilo, daqui há 100 anos vai ter aquilo ali. Ah, eu acho que seria uma coisa boa, para o futuro, porque, (...), ela estando tombada pelo menos vem recurso de fora, (...), desde que quem cuide seja a gente, depois chega um cara lá de fora, tomando conta, quando pensa que não acha que é dono, a comunidade tem um vínculo afetivo, o patrimônio vai ter um vínculo cultural” (BSG, 2019).

De qualquer modo, no presente ou no futuro, o tombamento foi considerado, para a maioria dos(as) entrevistados(as) um bom meio para proteger a Capela de Santo Amaro, para algumas pessoas a aplicabilidade desta lei só tem a agregar:

“há com certeza, pra além de patrimônio, história impalpável, é necessário sim, sem sombra de dúvidas, é o que vai salvaguardar o futuro do pessoal que vem aí” (JAC, 2019);

“acho que o tombamento seria positivo, ainda mais com essa questão da mineração, agora, que está sobre a BEMIL, eu acho que seria positivo. Daqui uns anos, o lugar mais precioso daqui não vai existir” (EMS, 2019) e, ainda;

“acho que o tombamento seria bem positivo mesmo, para preservar, imagina se deixar todo mundo mexendo, aí quando ver como era mesmo, já acabou tudo” (SSS, 2019).

Em relação à ajuda do Estado na manutenção da capela, é evidente que não há. Como mencionado anteriormente, quem cuida e zela pela capela é a própria comunidade, a única época do ano que a Prefeitura de Ouro Preto ajuda é na festa de Santo Amaro, que, de acordo com EMS (2019) “dias de festa, eles colaboram, porque vem uma equipe da prefeitura para ajudar a roçar, fazer pintura”. Porém, no cotidiano, a ajuda na manutenção da capela é nula, até o auxílio a localidade é escasso, de acordo com os moradores, a única assistência é a coleta de lixo, que deveria ir de quinze em quinze dias, mas não há regularidade, e a iluminação pública, segundo JAC (2019) “a única coisa que tem da prefeitura mesmo, na localidade, é coleta de lixo e, pública, a iluminação, ali subindo, uma ou duas lâmpadas que tem lá, não tem serviço praticamente, não tem saneamento básico”. Esse descaso da prefeitura é de grande

frustração para a comunidade, conforme os(as) entrevistados(as), qualquer ajuda recebida é com muito custo, muita insistência,

“eu conversei, há uns três anos atrás, com o próprio Ângelo Osvaldo, (...), eu coloquei para ele essa situação, de a gente ficar muito dependente da comunidade, e o Estado mesmo fica preocupado com coisas mais, (...), com a cidade, mais com coisa maior. Mais os locais, as pequenas capelas, se a comunidade do local não tomar conta, a tendência é acabar” (AS, 2019).

Essa falta de auxílio preocupa a comunidade em vários quesitos, desde as necessidades básicas, uma vez que é dever do Estado promover o bem-estar a população, até a outra preocupação, é claro, com a própria capela,

“o que acontece, em questão mesmo da estrada, é por ter ali uma missa todos os meses, ter a festa daqui em agosto, você vê que a estrada não está em condições boas, tem muitos buracos, então assim, eu acho por ser um patrimônio, eu acredito que a prefeitura poderia colaborar mais” (EMS, 2019).

Já em relação à possibilidade de extração de minério na região, a maioria das opiniões foram negativas, mesmo que algumas pessoas vejam a possibilidade de gerar emprego, segundo a maior parte dos(as) entrevistados(as), a mineração não tem nada a agregar, pelo contrário, apenas atrapalharia, porque mudaria toda a forma de vida da população local, já que teria maior movimentação de veículos pesados, poluição, barulho, possibilidade de escassez de água, desmatamento, menor número de visitantes, além de afetar a igreja.

“Não vai ser positivo não, a gente sabe que a igreja estar sobre um platô artificial, movimentação de caminhão, explosão, detonação, isso ai a gente não sabe o que vai acontecer a longo prazo se pensar só na igreja, sem contar a poluição visual, não vai agregar benefício nenhum” (JAC, 2019);

A preocupação da comunidade com a possibilidade de perder a capela, dela ser destruída, é muito grande, esse cuidado reflete a própria idade do bem, de acordo com EMS (2019) “vai ter o risco de tá destruindo a igreja, porque, passa caminhões pesados, por ser uma construção mais velha, pode começar a abalar, a dar trincas”. A preocupação com o êxodo dos moradores também se evidencia: “se começar a mexer com mineração, ninguém vai querer ficar comendo poeira aqui, então vai embora, acho que as visitas vão ficando cada vez menores” (SSS, 2019). Além disso os próprios exemplos e histórias passadas reforçam a preocupação das pessoas,

“o pessoal daqui de baixo, teve que ir tudo embora dali, por causa de questão de fogo lá, então estava atingindo as casas tudo, eles pegaram e indenizaram o pessoal e o pessoal foi quase todo mundo embora, ai eu não acho uma boa não, só lucro, não vai ajudar em nada, tomara que não existisse” (NFF, 2019).

É visível que a preocupação da comunidade vai além da questão patrimonial, suas aflições correspondem ao fato de a localidade ser o lar delas, é o local onde está mantido suas memórias, seus afetos. O Botafogo é um ambiente que proporciona tranquilidade, nostalgia, é o lugar onde essas pessoas cresceram e moraram a maior parte de suas vidas. A sensação de lar para com o local é tão intensa que vai além da vida, como mencionado anteriormente, o cemitério é a segunda morada, ou seja, a jornada das pessoas com o Botafogo continua depois da morte, essa é uma ligação que mistura o sentimento de vivência, amor e crença.

4.4.Das interpretações das falas dos (as) entrevistados (as)

Diante das análises das falas dos(as) entrevistados(as) pode-se concluir que a Capela de Santo Amaro e a localidade do Botafogo é de grande importância para a comunidade. O povoado marca a memória de gerações familiares que viveram no local, suas tradições e culturas. A relação com a capela é de valores patrimoniais e espirituais e por essa e outras razões, mencionadas na análise, que a comunidade mantém e zela o local.

Toda a manutenção feita para com esse acervo é resultado do afeto e ligação que a comunidade nutre, a Prefeitura de Ouro Preto e a Igreja Católica raramente ajudam com a conservação. De acordo com os(as) entrevistado(as) há uma desvalorização da Municipalidade em relação a alguns distritos e localidades na região, verifica-se que esses lugares muitas vezes são abandonados, um exemplo muito mencionado foi a Capela de Santa Quitéria, localizada no Alto da Boa Vista, sua situação é de abandono, tanto da prefeitura, da Igreja Católica, quanto da comunidade local, até mesmo o acesso é complicado, pois a estrada está degradada devido a mineração.

Segundo os(as) entrevistados(as), a Prefeitura de Ouro Preto tem como prioridade apenas a sede do município, até o auxílio na localidade é precário, não há saneamento básico, há uma carência de iluminação pública e falta de manutenção da estrada. Esse descaso gera grande indignação para toda a comunidade. A conservação dessas localidades é obrigação e responsabilidade do Estado e das autoridades locais, por isso é importante, como mencionado na Declaração de Tlaxcala (1982) “planos de ordenação físico-territorial e de desenvolvimento para diminuir o processo de abandono dos pequenos lugares de habitat”.

Localidades como o Botafogo são de cunho muito significativo, esses povoados deram origem à várias comunidades e tradições, seus modos de vida dão identidade a seus habitantes, por isso é imprescindível políticas de incentivo. É através da valorização de suas culturas que esses lugares sobrevivem e perpassam para as gerações futuras, como afirma a Declaração do México (1985), “a cultura pode ser considerada atualmente como o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social”.

É necessário que a prefeitura de Ouro Preto cumpra com as suas obrigações para com essas localidades e forneça, no mínimo, o básico, pois esse é um direito de todos os cidadãos. Incentivar o uso dos recursos disponíveis, como por exemplo, a agropecuária, é uma forma de apoio e motivação para que as gerações futuras permaneçam no local. Outra forma de incentivo no Botafogo é uma maior atuação da prefeitura na festa de Santo Amaro, que ocorre anualmente, essa comemoração faz parte da tradição local e proporciona arrecadação de verbas para a manutenção da capela.

Além disso, levando em conta as opiniões das pessoas entrevistadas, é fundamental que o município apoie, com recursos financeiros e técnicos, a conservação da Capela e seus anexos e, também, que a Igreja Católica¹⁶ enquanto instituição administrativa, desempenhe de maneira mais eficiente suas responsabilidades. Na atual conjuntura, este acervo encontra-se em bom estado de conservação por ação da comunidade, não precisando da utilização do instrumento de tombamento como proteção; no entanto, futuramente, talvez, por falta de recursos e valorização desse acervo, há possibilidade de que essa circunstância mude, ocasionando a vulnerabilidade e/ou perda deste bem.

Ainda de acordo com as falas dos(as) entrevistados(as), é determinante que a mineração na região será prejudicial, tanto para o modo de vida local, quanto para a capela, pois causaria diversos fatores negativos, como: poluição visual e sonora, desmatamento, vibração, entre outros fatores.

Deste modo, em virtude da análise das falas dos(as) entrevistados(as), pode-se entender que é imprescindível que haja a continuidade das memórias passadas de geração a geração na localidade, como mencionado no Manifesto de Amsterdã (1975), o patrimônio é “uma parte

¹⁶ É necessário que a Igreja Católica enquanto instituição administrativa entenda que a Capela pertence à comunidade e que regras e limites que causam o distanciamento dessas pessoas podem acarretar em algo negativo, como o abandono e a perda dos valores simbólicos que são atribuídos a ela pelos sujeitos que a valorizam.

essencial da memória dos homens de hoje em dia e se não for possível transmiti-la às gerações futuras na sua riqueza autêntica e em sua diversidade, a humanidade seria amputada de uma parte da consciência de sua própria continuidade”.

Para que esses testemunhos sobrevivam, é vital que todos entendam sua importância e compreendam a relevância das opiniões dos sujeitos que ali vivem e usufruem a capela, pois são eles que dão significado e valorizam esse bem. É fundamental que as iniciativas dos moradores sejam valorizadas, em conjunto com a dos frequentadores, e potencializadas pelo Estado, para que não corra risco de perda ou abandono do patrimônio, assim como aconteceu com a Capela de Santa Quitéria.

(...) a conservação e realização das pequenas aglomerações são, por um lado, uma obrigação moral e responsabilidade dos governos de cada Estado e das autoridades locais, por outro, um direito de as comunidades participarem das decisões que dizem respeito à conservação de seu habitat, intervindo diretamente no processo de realização (DECLARAÇÃO DE TLAXCALA, 1982).

Ainda que a comunidade, apesar dos prós e contras, compreenda ser positivo tomar, o processo de tombamento da Capela de Santo Amaro, sem a afetiva participação e colaboração dessas pessoas, pode resultar negativamente, afastando-as do bem cultural, tirando delas a responsabilidade sobre sua manutenção e utilização. Desse modo, conseqüentemente, os valores atribuídos ao bem poderiam ser perdidos, já que são os indivíduos afetados que melhor definem seu valor simbólico (VIÑAS, 2004).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito de entender a relação de afeto e vivência com a Capela de Santo Amaro e qual a melhor forma de proteção diante do olhar da comunidade foi a motivação para essa monografia. Esta investigação teve como objetivo compreender a importância da Capela como patrimônio e o valor atribuído a ela pelos sujeitos que a usam. Para isso, o trabalho foi estruturado de forma que o leitor possa compreender, de modo geral, o provável surgimento da localidade, a datação da capela, seu estilo e alterações.

Para maior clareza das interpretações feitas durante o percurso deste trabalho e para a realização do roteiro semiestruturado, foi elaborado o referencial teórico, cujo objetivo foi apresentar o instrumento de tombamento, seu funcionamento, e expor alguns marcos teóricos da restauração, tendo como foco principal a teoria contemporânea da restauração de Salvador Munoz Viñas, que tem como premissa os valores que os sujeitos atribuem ao objeto.

Após estruturar o capítulo teórico-conceitual e definir a metodologia para esta monografia, foi realizado o trabalho de campo, que constituiu a parte imprescindível deste processo. As entrevistas com a comunidade do Botafogo trouxeram diversas perspectivas para a análise dos dados levantados. Suas opiniões eram fortes e formadas e suas ligações afetivas profundas.

Para atingir o objetivo deste trabalho, de entender quais os valores que os sujeitos dão à Capela de Santo Amaro e qual a intenção com que eles a conservam e a protegem, foram levados em consideração a situação do acervo, a forma de proteção atual e as opiniões dos(as) entrevistados(as). Diante de toda a busca de informações e da análise dos dados levantados, foi possível entender que a comunidade conserva e protege o lugar da melhor forma possível, no entanto, há uma desvalorização do Estado em relação a alguns distritos e localidades da região, havendo, conseqüentemente, uma carência de recursos, tanto para manutenção da capela e seus anexos, quanto para a própria localidade do Botafogo.

Outro dado que confirma essa desvalorização é o inventário feito pela Secretaria Municipal de Patrimônio de Ouro Preto: a análise iconográfica da capela foi produzida de forma totalmente equivocada, levando a concluir que provavelmente não tenha sido feita por um profissional especializado na área.

Como resultado destas circunstâncias, foi possível interpretar que, na atual conjuntura, o instrumento de tombamento não é necessário, desde que a prefeitura de Ouro Preto possa contribuir com a manutenção deste bem, já que é o grande referencial cultural da comunidade, e, principalmente, reforçar e potencializar a realização das manifestações e eventos culturais promovidos por essas pessoas na localidade. E que, a Igreja Católica, enquanto instituição administrativa, desempenhe melhor seu papel na responsabilidade de proteção e conservação da capela. É necessária a compreensão que esse bem pertence à comunidade e que regras e limites que causam o distanciamento dessas pessoas podem acarretar em algo negativo, como o abandono e a perda dos valores simbólicos que são atribuídos à capela pelos sujeitos que a valorizam. Ainda, é importante ressaltar que é um direito dessas pessoas o uso e a decisão na forma de manutenção da mesma.

Cabe enfatizar também que, por mais que o tombamento seja considerado pela maioria dos(as) entrevistados(as) como algo positivo, a aplicação deste instrumento sem a afetiva participação e colaboração da comunidade pode resultar negativamente, afastando-as do bem cultural, tirando delas a responsabilidade sobre sua manutenção e utilização.

Por isso, antes de considerar um meio legal para a proteção deste acervo, é essencial que todos compreendam a importância das opiniões dos sujeitos que ali vivem e usufruem a Capela, pois são essas pessoas as detentoras dos testemunhos, memórias e afetos do local, sendo, portanto, elas que dão significado e valorizam esse bem cultural, possibilitando a sua transmissão para as gerações futuras, garantindo a sua sobrevivência e continuidade na história.

REFERÊNCIAS

ALOISE, Julia Miranda. *O restauro na Atualidade e a atualidade dos restauradores*. Artigos do Patrimônio, 10 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 27 de novembro de 2019.

AMARO, Marina Araújo Poloni de. e REDINI, Luana Lara Safar. *A Capela de Santo Amaro de Botafogo: Reminiscência de um povoado*. Belo Horizonte: 4º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação, 2015.

ÁVILA, Affonso; GONTIJO, João Marcos Machado; MACHADO; Reinaldo Guedes. *Barroco mineiro glossário de arquitetura e ornamentação*. Co-edição. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1979.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

BOHRER, Alex Fernandes. *Ouro Preto: Um Novo Olhar*. São Paulo: Scortecci, 2011.

CALDAS, Karen Velleda. *A Restauração em foco: entre mitos e realidades*. Resenhas Online, São Paulo, ano 12, n. 138.01, Vitruvius, jun. 2013. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/12.138/4765>>. Acessado em: 30 de novembro de 2019.

CUNHA, Claudia dos Reis e. *A atualidade do pensamento de Cesare Brandi*. Resenhas Online, São Paulo, ano 03, n. 032.03, Vitruvius, ago. 2004. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/03.032/3181>>. Acessado em: 28 de novembro de 2019.

CUNHA, P. A. B.. *Educação Moral e Discurso Pedagógico nas Associações Religiosas Leigas - Minas Gerais, séculos XVIII e XIX*. In: VAGO, Tarcísio Mauro; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. (Org.). *Histórias de Práticas Educativas*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, v., p. 41-57.

DECLARAÇÃO DO MÉXICO, ICOMOS, 1985 – Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais. Disponível em: <www.iphan.gov.br/>. Acessado em: 02 de janeiro de 2020.

DECLARAÇÃO DE TLAXCALA, ICOMOS, 1982 - Terceiro Colóquio Interamericano Sobre a Conservação do Patrimônio Monumental "Revitalização das Pequenas Aglomerações" - México. Disponível em: <www.iphan.gov.br/>. Acessado em: 02 de janeiro de 2020.

DIAS, Jussara Duarte Soares. *O patrimônio na corda bamba de sombrinha: o caso da capela e da festa de Santa Quitéria no Distrito de Rodrigo Silva (Ouro Preto – MG)*. 2018. Dissertação (Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, Minas Gerais.

FABRINO, Raphael João Hallack. *Guia de identificação de arte sacra*. Rio de Janeiro: IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional. PEP/MP/IPHAN, 2012.

FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (orgs.). *Revisitando o instituto do tombamento*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010.

KHUL, Beatriz Magayar. *Notas sobre a Carta de Veneza*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.18. n.2. p. 287-320. jul.- dez. 2010.

LIMA, A. *Pequena História da Inconfidência de Minas Gerais*. Editora Itatiaia: Belo Horizonte, 1968.

LUSO, Eduarda; LOURENÇO, Paulo B. e ALMEIDA, Manuela. *Breve história da teoria da conservação e do restauro*. In: Revista de Engenharia Civil da Universidade do Minho. Minho: UM, Portugal, n.20, 2004.

CONSELHO DA EUROPA. *MANIFESTO DE AMSTERDÃ*: carta europeia do patrimônio arquitetônico ano do patrimônio europeu, 1975. Disponível em: <www.iphan.gov.br/>. Acessado em: 04 de janeiro de 2020.

RABELLO, Sonia. *O tombamento*. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO. *Inventário da localidade do Botafogo*. Prefeitura Municipal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2010.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Diferentes olhares sobre a preservação das cidades: entre os dissensos e os diálogos dos moradores com o patrimônio*. 2016. 266 f. Tese (Doutorado em Urbanismo) – FAU – UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Populações vulneráveis e patrimônio cultural urbano: investigação sobre o processo de vivência e apropriação em Ouro Preto*. Projeto de pesquisa IFMG Ouro Preto DIPPE. Mar a dez/2018. Ouro Preto, 2018.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em núcleos urbanos: de conflito a solução*. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais – Instituto de Geociências. Belo Horizonte, 2000.

SOARES, Jussara Duarte. *Entre as montanhas de Minas: o patrimônio de Rodrigo Silva*. São Paulo: Scortecci, 2015.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação*. São Paulo: Editora Atlas. 1987.

VINÃS, Salvador Munõz. *Teoría contemporánea de la Restauración*. Madrid: Editorial Síntesis, 2004.